

Outubro 2021

## NOVIDADES (FISCAIS)



### Reconhecimento do estatuto da agricultura familiar e linha de crédito

Foi publicado em Diário da República n.º 197/2021, Série I de 2021-10-11, o Decreto-Lei n.º 81/2021 que altera os requisitos para o reconhecimento do estatuto da agricultura familiar e promove a adaptação da linha de crédito de curto prazo.

<https://dre.pt/web/guest/home/-/dre/172604610/details/maximized?serie=I&day=2021-10-11&date=2021-10-01>

### Orçamento do Estado para 2022

Foi divulgado no Portal da Direção Geral do Orçamento, a Proposta de Estado do Orçamento do Estado para 2022.

[https://www.dgo.gov.pt/politicaorcamental/OrcamentodeEstado/2022/Proposta%20do%20Or%C3%A7amento/Documentos%20do%20OE/OE2022\\_Lei.pdf](https://www.dgo.gov.pt/politicaorcamental/OrcamentodeEstado/2022/Proposta%20do%20Or%C3%A7amento/Documentos%20do%20OE/OE2022_Lei.pdf)

### COVID-19 - Altera medidas excecionais e temporárias

Foi publicado em Diário da República n.º 199/2021, Série I de 2021-10-13, a Declaração de Retificação n.º 33/2021 que retifica o Decreto-Lei n.º 78.º-A/2021, de 29 de setembro, que altera as medidas excecionais e temporárias relativas à pandemia da doença COVID-19.

<https://dre.pt/web/guest/home/-/dre/172745164/details/maximized>

### IVA - Declaração periódica - Anexo R

Foi publicado em Diário da República n.º 200/2021, Série I de 2021-10-14, a Portaria n.º 206/2021 de 14 de outubro que procede à alteração da declaração periódica do IVA, anexo R e respetivas instruções de preenchimento, prevendo a intervenção, por contabilista certificado independente, na certificação prevista no artigo 78.º-D do CIVA.

<https://dre.pt/application/file/a/172827478>

## Programa Adaptar - Turismo

Foi publicado em Diário da República n.º 201/2021, Série II de 2021-10-15, o Despacho Normativo n.º 24/2021 que estabelece um mecanismo de apoio à recuperação da atividade empresarial, designado por Programa Adaptar Turismo.

<https://dre.pt/application/file/a/172827491>

## Alteração ao ISP

Foi publicado em Diário da República n.º 201/2021, Série I de 2021-10-15, a Portaria n.º 208-A/2021, de 15 de outubro que procede à primeira alteração à Portaria n.º 301-A/2018, de 23 de novembro, a qual fixa o valor das taxas unitárias do imposto sobre os produtos petrolíferos e energéticos (ISP) aplicáveis no continente à gasolina sem chumbo e aos gasóleo rodoviário.

<https://dre.pt/application/file/a/172967090>

## Ampliação prazo emprego

Foi publicado em Diário da República n.º 201/2021, Série II de 2021-10-15, o Despacho n.º 10077-A/2021 que amplia o prazo de reposição do nível de emprego previsto no Despacho n.º 8148/2020, de 21 de agosto.

<https://dre.pt/application/file/a/172967077>

## Linha de apoio às micro e pequenas empresa do turismo

Foi publicado em Diário da República n.º 202/2021, Série II de 2021-10-18, o Despacho Normativo n.º 25/2021 que determina novo reforço de dotação orçamental à linha de apoio às micro e pequenas empresas do turismo.

<https://dre.pt/application/file/a/172945280>

## Programa de Apoio à Organização de Eventos de Interesse Turístico

Foi publicado em Diário da República n.º 202/2021, Série II de 2021-10-18, o Despacho Normativo n.º 26/2021 que aprova o Programa de Apoio à Organização de Eventos de Interesse Turístico denominado *Portugal Events*, procedendo-se à execução da medida prevista no Plano Reativar o Turismo | Construir o Futuro.

<https://dre.pt/application/file/a/172945281>

## Mais-valias - Acórdão (extrato)

Foi publicado em Diário da República n.º 203/2021, Série II de 2021-10-19, o Acórdão (extrato) n.º 488/2021 que julga inconstitucional a dimensão normativa extraída do artigo 44.º, n.º 2, do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares, na redação que lhe foi dada pelo Decreto -Lei n.º 198/2001, de 3 de julho, segundo a qual se estabelece uma presunção inilidível no âmbito de ganhos de mais -valias sujeitos a Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares, decorrentes da

alienação onerosa de bens imóveis, por violação do princípio da capacidade contributiva.

<https://dre.pt/application/file/a/172967145>

## Medidas temporárias – IVA – Vacinas COVID-19

Foi publicada, no Jornal Oficial da União Europeia C425, de 2021-10-20, a Resolução legislativa do Parlamento Europeu, de 26 de novembro de 2020, sobre a proposta de diretiva do Conselho que altera a Diretiva 2006/112/CE no que diz respeito a medidas temporárias relativas ao imposto sobre o valor acrescentado aplicável às vacinas contra a COVID-19 e aos dispositivos médicos para diagnóstico in vitro da doença em resposta à pandemia de COVID-19 ((COM (2020)0688 – C9-0352/2020 – 2020/0311(CNS))

[https://eur-lex.europa.eu/legal-content/PT/TXT/?uri=uriserv%3AOJ.C\\_.2021.425.01.0187.01.POR&toc=OJ%3AC%3A2021%3A425%3AATOC](https://eur-lex.europa.eu/legal-content/PT/TXT/?uri=uriserv%3AOJ.C_.2021.425.01.0187.01.POR&toc=OJ%3AC%3A2021%3A425%3AATOC)

## IVAucher - Diretrizes

Foi publicado em Diário da República n.º 205/2021, Série II de 2021-10-21, o Despacho n.º 10233/2021 que consiste na concretização de diretrizes tendentes a garantir, no âmbito do programa “IVAucher”, o cumprimento comum das normas vigentes e boas práticas em matéria de proteção de dados pessoais.

<https://dre.pt/application/file/a/173110910>

## Coeficientes de desvalorização da moeda

Foi publicada em Diário da República n.º 206/2021, Série I de 2021-10-22, a Portaria n.º 220/2021, de 22 de outubro que procede à atualização dos coeficientes de desvalorização da moeda a aplicar aos bens e direitos alienados durante o ano de 2021.

<https://dre.pt/web/guest/home/-/dre/173166352/details/maximized?serie=I>

## CIRE - Acórdão

Foi publicado em Diário da República n.º 206/2021, Série II de 2021-10-22, o acórdão (extrato) n.º 731/2021 que não julga inconstitucional a norma do artigo 100.º do Código da Insolvência e da Recuperação de Empresas (CIRE), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 53/2004, de 18 de março, na interpretação segundo a qual a declaração de insolvência suspende o prazo prescricional das dívidas tributárias imputáveis ao devedor insolvente; não julga inconstitucional a norma do artigo 49.º, n.º 1, da lei geral tributária, na redação dada pela Lei n.º 53-A/2006, de 29 de dezembro, em conjugação com o artigo 2.º, alínea d), desta mesma lei e com o artigo 327.º, n.º 1, do Código Civil, na interpretação segundo a qual o prazo de prescrição das dívidas tributárias interrompido com a citação não volta a correr enquanto não transitar em julgado a decisão que puser termo ao processo.

<https://dre.pt/application/file/a/173286457>

## Contribuição Extraordinária sobre o Setor Energético – Acórdão

Foi publicado em Diário da República n.º 206/2021, Série II de 2021-10-22, o acórdão (extrato) n.º 756/2021 que não julga inconstitucionais as normas dos artigos 2.º, 3.º, 4.º, 11.º e 12.º do regime jurídico da «Contribuição Extraordinária sobre o Sector Energético», criado pelo artigo 228.º da Lei n.º 83-C/2013, de 31 de dezembro, e prorrogado para o ano de 2016 pelo artigo 6.º da Lei n.º 159-C/2015, de 30 de dezembro.

<https://dre.pt/application/file/a/173286460>

## RA dos Açores – Medidas de apoio aos artesãos

Foi publicado em Diário da República n.º 208/2021, Série I de 2021-10-26, a Resolução da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores n.º 53/2021/A aprova as medidas de apoio aos artesãos dos Açores

<https://dre.pt/application/conteudo/173412012>

## Aprovação do OE 2022 – RA dos Açores

Foi publicado em Diário da República n.º 208/2021, Série I de 2021-10-26, a Resolução da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores n.º 54/2021/A aprova o Orçamento da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores para o ano de 2022.

<https://dre.pt/application/conteudo/173412013>

## COVID-19 - Situação de Alerta

Foi publicado em Diário da República n.º 211/2021, Série I de 2021-10-29, o Resolução do Conselho de Ministros n.º 142-A/2021 que altera as medidas no âmbito da situação de alerta.

<https://dre.pt/web/guest/pesquisa/-/search/173707586/details/normal?q=Resolu%C3%A7%C3%A3o+do+Conselho+de+Ministros+n.%C2%BA%20142-A%2F2021>

## Apoio Extraordinário ao Rendimento dos Trabalhadores (Segurança Social)

Foi divulgado no Portal da Segurança Social uma notícia sobre o prazo e onde requerer o apoio extraordinário ao rendimento dos trabalhadores.

[https://www.seg-social.pt/noticias/-/asset\\_publisher/kBZtOMZgstp3/content/razo-para-requerer-o-apoio-extraordinario-ao-rendimento-dos-trabalhadores](https://www.seg-social.pt/noticias/-/asset_publisher/kBZtOMZgstp3/content/razo-para-requerer-o-apoio-extraordinario-ao-rendimento-dos-trabalhadores)

## Instruções Administrativas

Ofício Circulado nº	Data	Assunto
15858	07/10/2021	STADA – Apresentação dos documentos de suporte
15859	26/10/2021	Encaminhamento de mercadorias a verificar noutros locais
15864	22/10/2021	Taxas de câmbio para a determinação do valor aduaneiro
15865	27/10/2021	Franquias Aduaneiras - Códigos Especiais NC e TARIC

## Informações vinculativas

Disponibilizada em:	Diploma	Artigo	Vinc. N.º	Assunto
<b>IMPOSTO SOBRE O VALOR ACRESCENTADO</b>				
28/10/2021	CIVA	N.º 1 do art.º 20.º e art.º 21	18147	Deduções – Aquisição de uma bicicleta elétrica ou convencional
28/10/2021	CIVA	Art.º 14.º do RITI e al. a) do n.º 6 do artigo 6.º	19605	Incidência / Isenções – Venda de tecidos para confeção de vestuário a residentes noutros Estados Membros, cujos confeccionadores que procedem à sua transformação se encontram localizados em território nacional
28/10/2021	CIVA	Al. a) do n.º 6 do artigo 6.º e al. i) do n.º 1 do artigo 29.º	20672	Localização das operações – Prestações de serviços a clientes localizados fora do território Nacional
28/10/2021	CIVA	Al. c) do n.º 1 do artigo 21.º	21206	Deduções – Transporte dos funcionários para / das instalações da fábrica
28/10/2021	CIVA	Al. c) do n.º 1 e o n.º 3 do artigo 18.º	21682	Taxas – Transmissão de colchões e almofadas anti escaras e calçado ortopédico

28/10/2021	CIVA	Al. a) do n.º 1 e o n.º 3 do artigo 18.º	21793	Taxas - Transmissão de farinha com aditivos na sua incorporação
28/10/2021	CIVA	Al. a) do n.º 1 e o n.º 3 do artigo 18.º	22015	Taxas - Transmissão de "Resguardos de proteção"

Disponibilizada em:	Diploma	Artigo	Vinc. N.º	Assunto
<b>IMPOSTO DO SELO</b>				
15/10/2021	IS	Artigo 7.º, n.º 1, al. e) e n.º 7 do CIS; Verbas 17.3.1 e 173.4 da TGIS	15372	Isenção de imposto do selo prevista na alínea e) do n.º 1 do artigo 7.º do CIS
15/10/2021	IS	Artigo 7.º, n.º 1, al. i) do CIS; Verba 17 da TGIS	15431	Contrato de Suprimento - (In)Aplicabilidade da isenção prevista na alínea i) do n.º 1 do artigo 7.º do CIS

Disponibilizada em:	Diploma	Artigo	Assunto
<b>CONTRIBUIÇÃO SOBRE O SETOR BANCÁRIO - CSB e ADICIONAL DE SOLIDARIEDADE SOBRE O SETOR BANCÁRIO - ASSB</b>			
12/10/2021	CSB e ASSB	Artigo 2.º, n.º 1, da Portaria n.º 121/2011, artigo 18º, n.º 2, da Lei n.º 27- A/2020	Incidência subjetiva - Conceito de sujeito passivo



## Acórdãos TJUE

Proc:	Data	Nome	Matéria	Assunto
C-717/19	06/10/2021	Boehringer Ingelheim	IVA	Reenvio prejudicial – Imposto sobre o valor acrescentado (IVA) – Diretiva 2006/112/CE – Artigo 90.º, n.º1 – Redução do valor tributável em caso de redução de preço depois de efetuada a operação – Contribuições pagas por uma empresa farmacêutica ao organismo estatal de seguro de saúde – Artigo 273.º – Formalidades administrativas impostas pela legislação nacional para o exercício do direito à redução – Princípios da neutralidade fiscal e da proporcionalidade
C-45/20 e C-46/20	14/10/2021	Finanzamt N (Communication de l'affectation)	IVA	Reenvio prejudicial – Imposto sobre o valor acrescentado (IVA) – Diretiva 2006/112/CE – Artigo 167.º, artigo 168.º, alínea a), artigo 250.º e artigo 252.º – Dedução do imposto pago a montante – Bem imóvel – Escritório – Instalação fotovoltaica – Decisão de afetação que confere direito a dedução – Comunicação da decisão de afetação – Prazo de caducidade para o exercício de um direito a dedução – Presunção de afetação ao património privado do sujeito passivo na falta de comunicação da decisão de afetação – Princípio da neutralidade – Princípio da segurança jurídica – Princípios da equivalência e da proporcionalidade
C-373/19	21/10/2021	Dubrovín & Tröger - Aquatics	IVA	Reenvio prejudicial – Imposto sobre o valor acrescentado (IVA) – Diretiva 2006/112/CE – Artigo 132.º, n.º 1, alíneas i) e j) – Isenção a favor de certas atividades de interesse geral – Educação da infância ou da juventude, ensino escolar ou universitário – Ensino escolar ou universitário – Cursos básicos de natação
C-80/20	21/10/2021	Wilo Salmson France	IVA	Reenvio prejudicial – Sistema comum do imposto sobre o valor acrescentado (IVA) – Diretiva 2006/112/CE – Artigos 167.º a 171.º e artigo 178.º, alínea a) – Direito a dedução do IVA – Reembolso do IVA a sujeitos passivos estabelecidos num Estado-Membro diferente do Estado-Membro do reembolso – Posse de uma fatura – Diretiva 2008/9/CE – Indeferimento do pedido de reembolso – “Estorno” da fatura pelo fornecedor – Emissão de nova fatura – Novo pedido de reembolso – Indeferimento



C-369/20	21/10/2021	CHEP Equipment Pooling	IVA	Reenvio prejudicial – Fiscalidade – Imposto sobre o valor acrescentado (IVA) – Modalidades de reembolso do IVA a sujeitos passivos não estabelecidos no Estado-Membro de reembolso – Diretiva 2008/9/CE – Artigo 20.º, n.º 1 – Pedido de informações adicionais pelo Estado-Membro de reembolso – Elementos suscetíveis de ser objeto de um pedido de informações adicionais – Discrepância entre o montante indicado no pedido de reembolso e o montante constante das faturas apresentadas – Princípio da boa administração – Princípio da neutralidade do IVA – Prazo de caducidade – Consequências sobre a retificação do erro do sujeito passivo
----------	------------	------------------------------	-----	---